Estudo

Texto submetido em: 04 maio 2021. Aprovado em: 28 jun. 2021.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes; SILVA JÚNIOR, Edelson de Albuquerque. João Alfredo e Paulo Freire: modernização popular numa universidade oligárquica (1962-1964). *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proexc, Recife, v. 38, n. 1, p. 265-298, jan./jun., 2021.

DOI: 10.51359/2675-7354.2021.250348

ISSN Edição Digital: 2675-7354

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

João Alfredo e Paulo Freire: modernização popular numa universidade oligárquica (1962-1964)

*João Alfredo and Paulo Freire:
popular modernization in an
oligarchic university (1962-1964)*

Evson Malaquias de Moraes Santos

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Doutor em Sociologia

E-mail: evson@uol.com.br

<http://orcid.org/0000-0002-2648-9575>

Edelson de Albuquerque Silva Junior

Secretaria de Educação de Jaboatão dos Guararapes - Pernambuco

Doutor em Educação

E-mail: edelsonjrpe@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-2912-2461>

Resumo:

Este estudo tem como objetivo analisar os pilares da atuação política de Paulo Freire na então Universidade do Recife (UR), hoje Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no período do reitorado de João Alfredo, que culminaram no embrião de seu arcabouço teórico para uma Pedagogia. Nesse percurso, pretende-se caracterizar de que modo o discurso de Paulo Freire ecoou nos setores da Universidade, possibilitando rupturas com as normas e os ritos de uma instituição. Desse modo, foi feito um estudo associando essa construção teórica e a sua capacidade de penetração no campo institucional, ligada ao contexto social-político-educacional gravíssimo no que diz respeito à moradia e à educação. Os debates na sociedade penetraram no interior da Universidade. Para tanto, foi estudado

o processo que culminou tanto na ascensão de João Alfredo como reitor da UR quanto na inserção de Paulo Freire nessa mesma instituição, considerando a leitura de documentos oriundos e estruturados no ventre da própria Universidade – tais como as atas sistematizadas do Conselho Universitário e o Estatuto e Regimento da UR –, assim como outras fontes de análise que, além de demonstrarem a consolidação desse vínculo político e, em certa medida, pessoal, propiciaram que Paulo Freire desenvolvesse estratégias diferentes à racionalidade da instituição – através, por exemplo, dos seus dois anos de atuação no Serviço de Extensão Cultural (SEC).
Palavras-chave: Paulo Freire. Reitorado de João Alfredo. Instituição. Serviço de Extensão Cultural (SEC).

Abstract

This study aims to analyze the pillars of Paulo Freire's political action at the Universidade do Recife (UR), currently known as Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), during the period in which João Alfredo was its rector, which led him to the beginning of his pedagogical theoretical framework. In the course of this study, the way Paulo Freire's discourse reverberated at the university, enabling changes in the rules and standards of the institution, is characterized. Therefore, a study was made associating Freire's theoretical development and its ability to spread throughout the institutional field, linked to the very serious social-political-educational context with regard to housing and education. Discussions in society penetrated the University. The analysis focused on João Alfredo's rise as rector of the UR and Freire's admission in the institution. In this regard, institutional documents such as systematized minutes of the University Council, Statute, and UR Rules of Procedure were analyzed. These and other sources showed not only the consolidation of this political and, to a certain extent, personal bonding, but also propiciated the development, by Freire, of strategies outside of the institution's rationale - through, for example, the 2 years he had worked at the Serviço de Extensão Cultural (SEC).

Keywords: Paulo Freire. João Alfredo's Rectorship. Institution. Serviço de Extensão Cultural (SEC).

Introdução

Discorrer interpretações a respeito do centenário de Paulo Freire a partir da ótica de sua inserção na seara acadêmica exige uma associação entre esse momento e o período do reitorado de João Alfredo da Costa Lima (1959-1964), na Universidade do Recife (UR)¹. Nesse sentido, ao evidenciarmos o laço estabelecido entre Paulo Freire e o referido reitor, poderemos mitigar uma leitura fragmentada desse período. Nesse sentido, conforme Enriquez (1991, p. 78),

uma instituição não pode viver sem elaborar um ou mais mitos unificadores, sem instituir ritos de iniciação, de passagem, de realização, sem se atribuir heróis tutelares (tomados muitas vezes entre os fundadores reais ou entre os fundadores imaginários da instituição), sem contar e/ou inventar uma história que permanecerá na memória coletiva [...] (ENRIQUEZ, 1991, p. 78).

Essa unificação simbólica e política entre Paulo Freire e o reitor João Alfredo constituiu um caráter imaginário de universidade que favoreceu a inserção de Freire na UR e, por conseguinte, na instituição do Serviço de Extensão Cultural (SEC), esta idealizada de maneira a proporcionar o desenvolvimento de uma racionalidade modernizante, ao mesmo tempo em que a UR convivia com uma estrutura organizacional e de poder que não representava necessariamente o horizonte discursivo de Freire. Essas conciliações

1. Em 1967, a UR foi integrada ao grupo de instituições federais do novo sistema de educação do País, recebendo a denominação de Universidade Federal de Pernambuco, autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Fonte: <https://www.ufpe.br/institucional/historia>. Acesso em: 23 jun. 2021.

e tensões que correspondem a uma instituição, edificam, criam, recriam e rompem laços e sistemas culturais que podem tanto perpetuar a própria maneira de viver a instituição como gerar novas identidades instituintes.

A organização funcional do SEC estava estruturada através de um conselho orientador, o qual foi distribuído a partir de diretorias setoriais, a saber: “Setor de Educação de Base, Setor de Extensão em Nível Médio, Setor de Extensão em Nível Superior, Setor de Documentação, Setor de Cinema e Teatro e Setor de Rádio e Televisão”, todos interligados a uma Secretaria Geral. (UNIVERSIDADE DO RECIFE, 1962a).

De acordo com Cortez (2008, p. 16), o SEC era composto pelo professor

Jomard Muniz de Brito, o crítico literário Luiz Costa Lima, o poeta Sebastião Uchoa Leite, o economista Roberto Cavalcanti de Albuquerque, o jornalista Juracy Andrade, o matemático e musicólogo Jarbas Maciel, as educadoras Maria Adozinda Monteiro, Dulce Dantas, Astrogilda de Carvalho Paes de Andrade, Elza Freire, Aurenice Cardoso, o escritor e advogado Arthur Carvalho, o poeta e tradutor José Laurênio de Melo, o gerente administrativo Paulo Pacheco, o ensaísta suíço Pierre Furter, Almeri Bezerra de Mello (diretor do SEC), Paulo Freire, o tradutor Paulo Meneses, o assistente-administrativo Plácido Mendes de Lima, o técnico de som Hugo Martins e Marcius Cortez (CORTEZ, 2008, p.16).

Em seu primeiro boletim, organizado em 22 páginas, o SEC já apresentou em seu sumário sete eixos que conduziriam uma leitura no sentido de compreender essa organização no aspecto do pensar e do fazer pedagógicos, entre os quais: “o SEC, prolongamento da Universidade, a criação do SEC, organização funcional, plano de

atividades, problemas atuais, registro, noticiário”, vinculados a objetivos como: “promover a difusão cultural, levando a Universidade a agir junto ao povo, através dos meios de divulgação a seu alcance” (UNIVERSIDADE DO RECIFE, 1962a).

De acordo com Lebrun (2009, p. 62),

[...] é por meio desse modo de fazer que uma instituição tem seu lugar, é por meio desse modo de fazer que é preciso localizar as forças estruturais e que é preciso identificar com rigor a mutação do laço social, cujas modalidades habituais de funcionamento foram devastadas.(LEBRUN, 2009, p. 62).

A afirmação de Lebrun (2009, p. 62) define em determinado grau o que o reitorado de João Alfredo, com o apoio de Paulo Freire, projetou como espectro de gestão, fundado no campo discursivo de “um novo clima cultural” no país, expressão comum entre os discursos de João Alfredo e de Paulo Freire, no qual a UR aportaria. Temos, porém, precauções quanto a esse discurso ser reconhecido como da UR ou oriundo da organicidade do SEC, visto que o percebemos como de estruturas e significações distintas.

Possíveis fatores que possam conduzir a uma “mutação do laço social”, como advoga Lebrun (2009, p. 62), na estrutura de poder de um reitorado, podem ser questionados na medida em que o Gadiel Perruci (1986) aponta que “o reitorado de João Alfredo representa o revigoramento do poder oligárquico interno e a rigidez do aparelho técnico-burocrático na UR” (PERRUCCI, 1986). Para esse autor, havia uma disputa entre a oligarquia cafeeira e os empresariais urbanos no século XIX, na região Sul, enquanto no Nordeste, a usina, a industrialização no campo, não conseguia se impor satisfatoriamente.

Nesse contexto, surgiram as escolas e faculdades, fragmentariamente, como a Escola de Engenharia (1895), Farmácia (1902), Odontologia (1913), Medicina (1920), Química (1920), Belas Artes (1932) e a Faculdade de Filosofia do Recife (FAFIRE) (1941). Diz ainda Gadiel Perruci (1986) que o reitorado de João Alfredo expressará a continuidade de um projeto oligárquico, mas atualizado pelos embates na sociedade sobre modernização.

Não podemos esquecer da inserção de professores da Universidade do Recife, até mesmo antes de ela ter sido criada, na política pernambucana e nacional. Silva Junior (2017, p. 91) apresenta essa inserção:

Agamenon Magalhães foi o interventor de Pernambuco no Estado Novo e ministro de Estado – foi professor da Faculdade de Direito, mas não seguiu a vida docente, pois seu tempo foi dedicado à política. O prefeito Pelópidas Silveira e vários secretários de Educação, nas décadas de 40 a 60, saíram dos quadros desta Universidade. O deputado Antônio Neves era genro de João Alfredo – foi acionado para que João Alfredo fosse indicado reitor (cf. entrevista com Jonio Lemos, (SANTOS, 2012). Gilberto Osório foi várias vezes deputado federal e estadual representando as oligarquias locais. Se retornarmos ao período anterior a João Alfredo, Joaquim Amazonas foi senador estadual por vários anos e, também, presidente administrativo do período de Agamenon Magalhães. A vida pública e política de seus dirigentes principais, pois todos eram catedráticos, não pode ser dissociada da instituição e vice-versa – apesar de todos os entrevistados negarem o envolvimento político no interior da Universidade (SILVA JUNIOR, 2017, p. 91).

Um dos quadros políticos que merece referência é o Pelópidas Silveira, também professor desta universidade, que foi prefeito do Recife nos anos 1955 a 1960, retornando em 1963-1964, ligado poli-

ticamente tanto a Miguel Arraes, como também a Paulo Freire. Ao retornar à mesma prefeitura, em 1963, teve o mandato interrompido com o golpe de 1964.

Havia certo consenso entre vários políticos, independente da legenda partidária: necessidade da industrialização e da modernização econômica e científica. O reitorado de João Alfredo representava essa vertente numa perspectiva popular, pelo SEC, ou, como diz Vera Regina Canuto (1987), “uma modernização democratizante”, em oposição ao golpe de 1964, que era uma modernização autoritária.

Havia certo consenso entre
vários políticos, independente da
legenda partidária: necessidade da
industrialização e da modernização
econômica e científica. O reitorado
de João Alfredo representava essa
vertente numa perspectiva popular

Em certo ponto, já há análises acerca dessa relação entre esses dois personagens, João Alfredo e Paulo Freire, inclusive no que tange aos mecanismos de gestão da própria instituição universitária (SILVA JUNIOR, 2017). Porém, neste estudo, pretendemos alargar um pouco mais essa compreensão e tomar como premissa os efeitos dessa aproximação no sentido de discutirmos a dinâmica interna da universidade, na medida em que Paulo Freire assume um discurso da necessidade de se compreender os retratos sociais que ainda revelam um país entre mocambos e latifúndios, mas ancorado numa percepção de sociedade em transição à democracia

(leia-se industrialização) e, quase que ao mesmo tempo, integrando instâncias que se demonstraram rígidas enquanto plataformas de gestão, como o caso da UR.

Nas décadas de 1940, época da criação da Universidade do Recife, e de 1950, o contexto social era de plena urbanização precária, onde prevaleciam moradias em mocambos para a maioria absoluta da população, além da elevação do analfabetismo. Paulo Freire (1961) reconheceu no analfabetismo o “subdesenvolvimento”. Oliveira e Penin (1986) registraram que o analfabetismo no Brasi chegou à marca de 56%, na década de 1940, e 50%, na década de 1950.

Nas décadas de 1940, época da criação da Universidade do Recife, e de 1950, o contexto social era de plena urbanização precária, onde prevaleciam moradias em mocambos para a maioria absoluta da população, além da elevação do analfabetismo

Em *A propósito de uma administração*, de 1961, por exemplo, Paulo Freire reúne, em 91 páginas, 29 ilustrações, entre construções e reformas que estavam ocorrendo ou pré-finalizadas, e que dariam, inclusive, origem ao *campus* Joaquim Amazonas, UFPE. Neste trabalho, organizado quase numa lógica de imagem/legenda, foi oferecido, de certo modo, um serviço que se aproximava de maneira a tornar público um conjunto de medidas práticas admi-

nistrativas de um reitorado, o que resultaria nos primeiros passos no sentido de uma reunião de territórios universitários.

A capacidade de atuação coerente do discurso de Paulo Freire associada à dinâmica interna de poder na UR passou a gerar novos contornos mediante as normas que regem uma instituição e o modo como estas foram preservadas fielmente por argumentos apolíticos ou embasados em justificativas burocráticas que conduzem as decisões sob os domínios de um núcleo duro e seletivo, como o Conselho Universitário.

Isso remete à avaliação da própria estrutura de poder interna de uma instituição, quando um discurso propalado em determinados ambientes de seu arcabouço foge do predomínio de sua “essência” fundante, ocasionando conflitos, desarmonias e, em certa medida, promovendo, por parte de representações apoiadas nas bandeiras das tradições, a exaltação da defesa do retorno às suas origens “legais”, à incapacidade de exercer a criatividade, ou como aponta Enriquez (1997), à “pulsão de morte”.

Talvez um dos instrumentos possíveis que tornou viável e visível o discurso e o desenvolvimento da concepção teórica de Paulo Freire, tendo como aporte institucional a UR, tenha sido o SEC (1962-1964), cuja coordenação ficou a cargo do próprio Paulo Freire e fora uma organização instituída através da Portaria nº 2, de 8 de fevereiro de 1962, ligada exclusivamente ao gabinete do reitor. Não encontramos registros acerca desse serviço nas atas do Conselho Universitário no período desse reitorado (1959-1964), por exemplo, o que pode revelar os limites de criação fora das racionalidades que estão previstas no espírito e nas regras dessa instituição, haja vista a própria composição, significação imaginária, estrutura organizacional, linguagem e objetivos do SEC.

Na medida em que uma instituição como a ainda UR (hoje UFPE) desenterra de modo irrestrito seus documentos, seus arquivos, suas memórias, sobretudo em um período singular da história da política brasileira (1959-1964) e – no âmbito da UFPE – com um reitorado interrompido, conduz-nos, entre outros aspectos, à oportunidade de penetrar as origens da formação do pensamento de Paulo Freire sobre uma Pedagogia, alinhando teoria e prática, sobretudo em consonância com uma interpretação da conjuntura política do país, haja vista que “os documentos podem ser interessantes pelo que deixam de fora, assim como pelo que contêm. Eles não refletem simplesmente, mas também constroem a realidade social e as versões dos eventos”. (MAY, 2004, p. 213).

Nesse sentido, foi costurada uma interpretação sobre o tecido desse momento específico da atuação política de Paulo Freire, com o uso de documentos produzidos pela própria UR, tais como atas do Conselho Universitário, discursos do reitor João Alfredo, boletins do SEC etc., a partir de três eixos, a saber: 1) a compreensão de Paulo Freire sobre a atualidade brasileira; 2) a estrutura organizacional da UR e possibilidades ou não de penetração da concepção pedagógica de Paulo Freire; 3) o SEC como exemplo prático da necessidade do fazer poético pela via instituinte. (SANTOS *et al.*, 2010).

Educação e atualidade brasileira: uma obra que impulsiona o esperar da “democracia em trânsito”

Nesta seção utilizaremos a obra *Educação e atualidade brasileira* (1959), de Paulo Freire, evitando, porém, fazer uma leitura messiânica da mesma, senão debulhando as linhas, as significações que compõem uma interpretação da conjuntura social do país, e reconhecendo sua compreensão acerca de uma realidade, de uma vivência orgânica, comprometida com a defesa da democracia, não apenas como uma finalidade “vazia”, mas como um fruto de práticas políticas concretas, transitórias e “autênticas”.

Fonseca e Pacífico (2017) oferecem contribuições fundantes para uma compreensão acerca de *Educação e atualidade brasileira*, na medida em que associam a referida obra de Freire (1959) ao acervo teórico, de análise e prático trabalhados na década de 1950. Teóricos e de análise por meio de artigos publicizados no jornal *Diário de Pernambuco*, em 1957, e na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, em 1958, e práticos através dos *Círculos de pais e professores* nas escolas do SESI² (FONSECA; PACÍFICO, 2017, p. 6-7). Essa associação entre o processo de industrialização no país e a oportunidade de criar fissuras na cultura colonial, perpetuada

2. “Instituição de direito privado subordinada à Confederação Nacional da Indústria (CNI) e criada pelo Decreto-Lei nº 9.043, de 25 de junho de 1946, com o objetivo de estudar, planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas contributivas para o bem-estar social dos trabalhadores na indústria e atividades similares” (CALLICHIO; MOREIRA; TEDESCHI, [210-?], n. p.).

através da “autoridade do senhor, do uso do trabalho escravo e da deficiência das instituições públicas”, traduz o que Freire concebia enquanto “clima cultural” (FONSECA; PACÍFICO, 2017, p. 13). Para Paulo Freire (1959), o cenário político no país poderia proporcionar aquilo que o próprio definiu como um “novo clima cultural”.

Escrita em 141 páginas, em 1959, como tese de concurso para a cadeira de História e Filosofia da Educação na Escola de Belas Artes de Pernambuco, *Educação e atualidade brasileira* nos permite interpretar um país cuja égide republicana estava sob a presidência do mineiro Juscelino Kubitschek, ou JK (1956-1961), e, nesse caso, alimentada por calorosas discussões e reconfigurações políticas que traçaram a sua sucessão eleitoral nos anos seguintes.

Ao fazer uma leitura do período da presidência de JK, a professora Maria Victória Benevides (1991, p. 9) ressalta que esse governo foi “tão democrático quanto possível nos limites óbvios de uma democracia de elites, com forte tradição oligárquica, militarista e mesmo golpista.” E segue ao afirmar que foi no tempo de JK que “o vocábulo ‘desenvolvimentismo’ se consagrou definitivamente”.

De acordo com a pesquisadora Rosilene Dias Montenegro (2017, n. p.), JK

foi um presidente da República que enfrentou imensas dificuldades para governar tendo que desenvolver habilidades políticas de negociação e convencimento/persuasão para conseguir administrar os conflitos de classes, e também os diferentes interesses existentes no interior dos segmentos sociais, particularmente dentre os grupos das elites brasileiras (MONTENEGRO, 2017, n. p.).

Essas duas análises sobre um mesmo período da política do país convergem no sentido de evidenciar uma conjuntura ainda refém do reacionarismo das elites e a necessidade de construir canais que pudessem favorecer saídas estruturantes para uma lógica desenvolvimentista, mesmo que associada predominantemente aos interesses das classes dominantes. Essa concepção desenvolvimentista, para esse governo, estaria comprometida com uma compreensão de modernização, de democracia “das elites” (BENEVIDES, 1991, p. 9) frente aos processos autoritários outrora vividos.

Neste conciso contexto político, *Educação e atualidade brasileira* foi escrita e defendida por Paulo Freire na então UR durante concurso para docente da Escola de Belas Artes. O fato de não ter obtido o primeiro lugar nesse concurso já poderia sinalizar elementos em sua defesa que talvez fugissem do pensar e do fazer institucionais, da racionalidade, em certa medida, distante e divergente de uma compreensão objetiva de sociedade.

Com certa frequência, Paulo Freire aproximou o sentido da industrialização ao da democracia no país, alinhando-se ao discurso governamental na esfera nacional, acreditando que essa potencialidade no campo industrial poderia provocar a “emersão do povo na vida pública nacional” – o que se contraporía à “inexperiência democrática” planejada e fomentada desde o processo de colonização. (FREIRE, 1959, p. 24).

De acordo com Fonseca e Pacífico (2017), essa concepção de defesa do processo de industrialização como um passo para produção de fissuras na cultura de imersão do povo nos espaços públicos

de decisão trazia uma interferência dos estudos isebianos³, assentados “na associação entre industrialização, ampliação das esferas de consciência do homem nacional e de renovação de uma sociedade amarrada a ranços arcaicos.” (FONSECA; PACÍFICO, 2017, p. 25).

O que Freire (1959) interpretou sobre a conjuntura política desse momento no país, em certa medida, pode ser associado ao que Castoriadis (1995, p. 187) define como “o imaginário no mundo moderno”, o qual

apresenta-se, superficialmente, como aquele que impeliu, que tende a impelir a racionalização ao seu extremo e que, por isso, permite-se desprezar – ou olhar com uma curiosidade respeitosa – os estranhos costumes, invenções e representações imaginárias das sociedades precedentes (CASTORIADIS, 1995, p. 187).

Em síntese, Paulo Freire (1959) interpretou a industrialização como uma maneira de mitigar o poder das representações do poder colonizador das oligarquias, oriundo das estruturas arcaicas das relações socioeconômicas que se apropriaram do controle dos meios de produção, das “estruturas feudais de nossa economia” (FREIRE, 1959, p. 79) – o que para Freire (1959) são fatores fundantes para perpetuação de uma “consciência intransitiva”, ou seja, “um quase incompromisso entre o homem e sua existência”. (FREIRE, 1959, p. 30).

3. “O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi criado pelo Decreto nº 37.608, de 14 de julho de 1955, como órgão do Ministério da Educação e Cultura. O grupo de intelectuais que o criou tinha como objetivos o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, cujos dados e categorias seriam aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira e deveriam permitir o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional”. (CPDOC/FGV, s/d, n. p.).

Paulo Freire (1959) interpretou a industrialização como uma maneira de mitigar o poder das representações do poder colonizador das oligarquias, oriundo das estruturas arcaicas das relações socioeconômicas que se apropriaram do controle dos meios de produção, das “estruturas feudais de nossa economia”

Isto é, em certa medida, o mesmo desenvolvimentismo propagado no período do governo de JK. Tal proposta recebeu, por parte de Paulo Freire, um simbolismo associado à possibilidade de quebra das moléculas de dominação histórica no país, de certo rompimento com o primitivismo social que preservava “os povos de formação colonial, alienados em suas formas de cultura, [e que] parecem viver sua inautenticidade decorrente daquela alienação [...]”. (FREIRE, 1959, p. 49).

E prossegue, ao pontuar que,

[...] nunca, no Brasil, teremos vivido condições mais propícias para uma revisão de nossa educação, em termos de autenticidade, como as de hoje, apesar de todas as contradições que vêm caracterizando a nossa atualidade. Uma das tarefas, aliás, da educação de que precisamos, será mesmo diminuir e até superar algumas das antinomias desta atualidade (FREIRE, 1959, p. 51).

Nesse sentido, para Freire (1959, p. 64), o país vivia “uma fase em que, mais que em outra qualquer, se robustecem, dia-a-dia, as condições externas ou culturais para a nossa democratização”. O esperar de Freire estava representado nesse momento da política no país, embora demonstrando preocupações acerca das contradições que também moviam e removiam governos, sobretudo diante da “inexperiência democrática” e na insistência de

[...] uma educação vertical, autoritária, fundada numa autoridade externa que, desta forma, não pode ‘introjetar-se’ no educando brasileiro, dando surgimento à autoridade interna, ou à razão, ou à consciência transitivo-crítica, indispensável à nossa formação democrática (FREIRE, 1959, p. 64).

Portanto, de acordo com Freire (1959), a modernização dos meios de produção, fundada sobretudo no alargamento industrial, poderia projetar uma sociedade em desenvolvimento. O que estaria vinculada a uma sociedade democrática, da consciência intransitiva para a transitiva ingênua, e desta para a transitiva crítica,

a qual, fundando-se na razão, não deve significar uma posição racionalista, mas uma abertura do homem, através de que, mais lucidamente, veja seus problemas. Posição que implica na libertação do homem de suas limitações, pela consciência dessas limitações (FREIRE, 1959, p. 128).

Essas limitações advertidas por Freire (1959, p. 128) podem ser representadas sob o viés de Kaës (1991, p. 53), ao apontar que “a ilusão sustenta o risco e os sacrifícios aceitos para poder participar dessa nova instituição: ela é produtora do próprio resultado”. Nesse sentido, ao seguir uma compreensão de Kaës (1991), no momento

em que o próprio povo representa uma perpetuação da ingenuidade, da heteronomia, da “consciência intransitiva” (FREIRE, 1959), diante de uma panorâmica política entendida como propícia para isso, a experiência provoca o fracasso. (KAËS, 1991, p. 53).

A dinâmica de poder na UR no reitorado de João Alfredo: frestas e cercos a Paulo Freire

Com o falecimento do reitor Joaquim Amazonas, em 1959, João Alfredo assume, no mesmo ano, o reitorado da UR. Mesmo integrando a estrutura de poder da universidade desde 1948, ou seja, dois anos após sua fundação (em 11 de agosto de 1946), esse evento foi compreendido por Paulo Freire como um reitorado que poderia fornecer espaços instituintes para o desenvolvimento de sua Pedagogia.

O trâmite à sucessão e a condução desse reitorado não expressaram tempos necessariamente harmoniosos desde o processo que se instaurou para a ocupação do cargo de reitor. Nesse processo, houve ações que feriram fantasmas, afetos e vaidades – tanto no campo interno quanto “externo” da academia (SANTOS *et al.*, 2021). De acordo com SANTOS (2010), o reitorado de João Alfredo não se propôs a realizar mudanças profundas e sensíveis na dinâmica de poder na UR. As estruturas que representavam os espaços de decisão permaneceram cristalizadas. O SEC seguiu percurso semelhante, no sentido de não possuir como objetivo pôr em pauta a democracia na UR. Os campos de atuação do SEC foram as problemáticas concretas e subjetivas da sociedade, sobretudo para além dos domínios da universidade.

O entusiasmo de Paulo Freire com o momento político no país replicava na UR com o reitorado de João Alfredo

O entusiasmo de Paulo Freire com o momento político no país replicava na UR com o reitorado de João Alfredo . As obras de Freire de 1959 e de 1961 podem representar essa interpretação, na medida em que, na primeira obra, datada em 1959, mesmo demonstrando uma determinada crença no governo JK, ele adverte que

[...] a nossa sociedade vem sendo uma sociedade dramaticamente em trânsito. Trânsito da rigidez estática, da impermeabilidade, do autoritarismo, característico do patriarcalismo, para a flexibilidade dinâmica, para a permeabilidade e para a plasticidade que a sociedade, querendo fazer e fazendo-se democrática, exige (FREIRE, 1959, p. 39).

E segue, ao pontuar que

[...] um dos mais sérios perigos, aliás, contido na nossa atualidade é este. O desta passagem da autoridade externa, verticalmente autoritária e ajustada ao clima cultural do patriarcalismo, para a autoridade interna, permeável, crítica e flexível, ajustada ao clima cultural da democratização, em que estamos inseridos (FREIRE, 1959, p. 39).

Portanto, para Freire (1959), a “sociedade em trânsito” que se avizinhava, ao mesmo tempo em que poderia representar uma possível ruptura com representações do reacionarismo no país, deveria atentar à importância de se construir processos da existência autônoma, ou seja, “no exercício de uma autoridade democrática, respeitosa da liberdade do educando que, possibilitando a êste

condições em que experimente sua liberdade, leve-o à consciência da autoridade.” (FREIRE, 1959, p. 40).

Isto é, que estivesse ligada “ao novo clima cultural no país”. Desse modo, este “novo clima [...]” também foi utilizado por Freire (1961) ao fazer referências ao reitorado de João Alfredo, defendendo que este estava imbuído num processo em que as elites dirigentes passam a se integrar a esse novo clima vivenciado no país, inserido no alargamento econômico (FREIRE, 1961, p. 4 *apud* SILVA JUNIOR, 2017, p. 29).

Paulo Freire fez uma leitura política do país, a mesma, após dois anos, alinhou-se a uma leitura da gestão do reitor João Alfredo. Essa estratégia pode ser compreendida no momento em que Freire (1961) afirmou que João Alfredo assumiu a reitoria da UR “ao lado de um intenso surto de democratização cultural”. E acrescenta que uma das principais preocupações desse reitorado será a busca pela harmonia entre a universidade e o povo, respondendo “mais proximamente aos anseios do novo clima cultural do país” (FREIRE, 1961, p. 4 *apud* SILVA JUNIOR, 2017, p. 30).

Paulo Freire fez uma leitura política
do país, a mesma, após dois anos,
alinhou-se a uma leitura da gestão
do reitor João Alfredo. Essa estratégia
pode ser compreendida no momento
em que Freire (1961) afirmou que
João Alfredo assumiu a reitoria da
UR “ao lado de um intenso surto de
democratização cultural”

Como se percebe, a defesa de um “novo clima cultural no país” tornou-se uma justificativa rotineira, tanto no âmbito da dinâmica política no campo do governo federal quanto na dinâmica de gestão da UR. Ou seja, havia uma interpretação em que ambos (país e reitorado) representavam contextos de modernização, do novo.

Por outro lado, em que medida essa compreensão de modernização representou a efetivação de práticas concretas de democracia, haja vista que essas duas categorias (modernização/democracia) foram trabalhadas por Paulo Freire quase que de maneira conjunta, simultânea? Tal questionamento visa tentar problematizar os processos de modernização/democracia possíveis nas peculiaridades de um país conduzido pelo discurso oficial do desenvolvimentismo, ou – respeitando as devidas proporções – no reitorado de João Alfredo na UR, cujos discursos oficiais anunciavam a necessidade de aproximação com o povo.

Em determinada medida, a UR foi compreendida por Paulo Freire como uma instituição que vislumbra “um novo clima cultural [que] começa[va] se formar” (FREIRE, 1961, p.4). Freire (1961) chega a reproduzir na íntegra o discurso de posse do reitor João Alfredo, ao anunciar que

quando o homem se enaltece, as nossas Universidades, sem esquecer o sentido universal que devem ter, não podem continuar organizadas como centros de ensino livresco e verbalístico em que os eruditos e os de boa memória, citando autores e valendo-se da última leitura, falam com brilho, mas não contribuem para o conhecimento de problemas cujo esclarecimento possa beneficiar o homem brasileiro e a humanidade [...] (FREIRE, 1961 *apud* SILVA JUNIOR, 2017, p. 30).

No livro *Presença na Universidade* (1964), João Alfredo reúne 27 de seus discursos que compuseram o seu reitorado. Parte desses discursos incomodava uma poderosa parcela da “elite intelectual” do estado — que integrava interna e “externamente” a UR (SANTOS *et al.*, 2021). Dentre os discursos, encontra-se o *Uma universidade nova*, tornado público em abril de 1963. Componente frequente nos discursos do reitor João Alfredo, o SEC também foi elemento de discussão nesse texto, sendo destacado com uma ação “de vanguarda”, cujas

[...] tarefas novas foram entregues a um grupo de jovens cultos, idealistas e apaixonados pela problemática brasileira, que está desenvolvendo o plano de trabalho da política educativa adotada, através de cursos, seminários, palestras, debates e publicações (LIMA, 1961, p. 77).

Para João Alfredo, o Serviço de Extensão Cultural (SEC) era a expressão de uma iniciativa da reitoria frente às condições objetivas que envolviam o país e

[...] a contribuição da iniciativa pioneira oferece um imenso subsídio à educação nacional através de um sistema criado pelo diretor do Serviço de Extensão Cultural, o educador Paulo Freire, graças ao qual é possível aprender não só a ler e a escrever, como também a conscientizar-se em uma média de trinta horas (LIMA, 1961, 77-78).

O apoio incondicional do gabinete da reitoria da UR ao SEC foi fato não apenas ao assumir a sua criação na universidade, mas em seu curso (1962-1964). Entre os pilares de articulação política da gestão do reitorado de João Alfredo na UR estava o deputado fede-

ral Antonio Neves. Durante entrevista, Maria Antônia Mac Dowell (2012, p. 233)⁴, afirma que

João Alfredo tinha um genro, Antonio Neves, deputado federal, se bem me lembro pelo PTB, com muito prestígio, força política, em Brasília. Na sua gestão, Antonio Neves foi seu ‘braço político’ em Brasília, muito operante, trazendo verbas, etc. (MAC DOWELL, 2012 *apud* SANTOS, 2012, p. 233).

Essa referência e reconhecimento de João Alfredo ao SEC e a Paulo Freire, por exemplo, foram publicizados em 1963, um ano após a institucionalização desse serviço na UR. O SEC também pode ser interpretado como uma tentativa de problematizar a democracia na sociedade, sem necessariamente mexer com a estrutura de gestão e de poderes dentro da universidade.

No entanto, Paulo Freire não caracterizou o reitor João Alfredo no campo desenvolvimentista, mas como um gestor que assumiria um perfil na busca da aproximação da “harmonia entre a técnica, a ciência e uma verdadeira posição humanista”. (FREIRE, 1961 *apud* SANTOS *et al.* 2021, p. 31). Essa compreensão de Freire sobre João Alfredo foi abastecida ao longo desse reitorado, quando, em 1962, foi assinada a Portaria que institucionalizou o SEC na UR.

4. Professora Maria Antônia Mac Dowell, neta do primeiro reitor da Universidade do Recife, Joaquim Amazonas, foi pró-reitora na UFPE no reitorado de Murilo Guimarães (1970-1971) e Marcionilo Lins (1971-1975). Assumiu a vice-reitoria no mandato de George Browne (1984-1988). Ao fim desse mandato, aposentou-se. Continuou no Gabinete, como assessora dos três reitores seguintes, até 2003 (SANTOS, 2021. p. 201).

A partir desse momento, o SEC passou a ser uma instituição na UR, porém sem o aval do Conselho Universitário da universidade, uma vez que não entrou na pauta deste colegiado, podendo isso representar um entendimento do reitor João Alfredo sobre a dinâmica política e de relações de poderes que ocorriam numa instituição como a UR, e em que medida essa instituição estava disposta e sensível a pensar institucionalmente o que “um novo clima cultural” exigia. Assim, o SEC pode ser considerado como uma representação concreta dessa lacuna.

De acordo com o Decreto-lei nº 9.388, de 20 de junho de 1946, que “cria a Universidade do Recife e dá outras providências”, o Conselho Universitário integra o conjunto de órgãos de administração junto à “Assembléia Universitária, Conselho de Curadores e Reitoria” (BRASIL, 1946a, p. 6). Ao Conselho Universitário, compete: “a) – exercer, como órgão deliberativo, a jurisdição superior da Universidade” (BRASIL, 1946a, p. 8). Presidido pelo reitor, esse colegiado foi composto da seguinte maneira:

[...] diretores de cada uma das unidades universitárias, de ensino superior; um representante de cada uma das Congregações das mesmas unidades; um representante dos docentes-livres, eleito pelos seus representantes juntos às congregações, em sessão convocada e presidida pelo Reitor; um representante dos corpos docentes de cada uma das escolas anexas de Odontologia e Farmácia; um representante do Diretório Central dos Estudantes; um representante dos institutos técnicos – científicos da Universidade (BRASIL, 1946a, p. 7-8).

Responsável por possuir o mais elevado quantitativo de atribuições entre os órgãos colegiados da UR (total de 15), inclusive a que trata de “deliberar sobre questões omissas do Estatuto e dos Regimentos Internos” (BRASIL, 1946a, p. 9), o Conselho Universitário, expressão simbólica e efetiva do poder na UR, foi o local por onde circularam as discussões e decisões a respeito da criação de Centros de Estudos e Institutos, entre os quais, a saber: “Instituto de Antropologia Tropical, Centro de Estudos Históricos, Instituto de Planejamento Urbano Regional” (SANTOS *et al.*, 2010, n. p.).

Por sua vez, a criação do SEC não seguiu referido rito. Não foi submetida à representação soberana do poder colegiado da universidade. O ideário do SEC já constava no “Relatório de 1961 da Universidade do Recife”⁵, ou seja, no mesmo ano da obra de Freire *A propósito de uma administração*. Paulo Freire anunciava “um novo clima cultural na UR”, e o reitor João Alfredo pessoalmente fez desse anúncio uma expressão concreta, na medida em que pensou e instituiu um “Serviço de Extensão Cultural, [...] destinado a prolongar a função educativa da Universidade fora da sua área intrínseca e a funcionar como elemento eficiente na vinculação e na promoção, da Universidade, dentro da comunidade a que serve [...]”. Esse imaginário modernizante (CASTORIADIS, 1995) que ergueu o SEC não compunha a hegemonia das tradições do Conselho Universitário da UR naquele momento. O reitor tinha clareza disso.

5. Boletim número 01 do Serviço de Extensão Cultural, março/abril de 1962.

O SEC/UR: uma península poética em solo movediço?

Nesta seção detemo-nos a realizar uma leitura do SEC exclusivamente através de seus seis boletins tornados públicos entre 1962 e 1964. Essa opção permitiu analisar a instituição através de suas próprias fontes, por meio de seu modelo de organização, de sua produção documental e de ação, de seu imaginário, além de perceber como ocorreu essa transição gradual do SEC enquanto o pensar e o fazer poéticos.

O SEC não foi apenas uma aposta pessoal do reitor João Alfredo para ajustar a confiança e o reconhecimento de sua coordenação a Paulo Freire. Entendemos, também, como uma decisão política de um reitorado que acolheu e reverberou um discurso governamental da época e que proporcionou o desenvolvimento de experiências pedagógicas fundadas em um planejamento que visava uma aproximação, uma inserção prática numa realidade de um país, mesmo que mais adiante pudesse resultar na interrupção brusca e violenta de uma gestão universitária com o advindo do golpe civil-militar de 1964.

Entre as maneiras que o SEC interpretou as problemáticas da sociedade brasileira estão os seus seis boletins⁶. Já em seu primeiro exemplar, de março/abril de 1962, foi reproduzido um discurso do reitor João Alfredo⁷ pautado em categorias como democracia,

6. Além dos boletins, havia recursos como a Rádio Universidade e a revista Estudos Universitários.

7. Cujo título era *O Serviço de extensão cultural, prolongamento da universidade*.

desenvolvimento cultural, extensão cultural, desenvolvimento regional, integração povo/universidade. Certamente em alinhamento com o discurso de Paulo Freire, mas que ressoava como representações estranhas ao imaginário da UR, à rigidez institucional.

Em seu boletim número 2, de maio/junho de 1962, o SEC anunciou a oferta de um “Curso sobre Educação no Meio Rural”, cuja preocupação estava, sobretudo, em “situar a educação no quadro das realidades socio-culturais em que se insere” e, a partir disso, realizar uma

[...] análise crítica do processo de formação da sociedade brasileira, insistindo nos seus aspectos mais relevantes, a que se segue o estudo de seu momento atual e de suas contradições, do meio rural em oposição aos centros urbanos, com vistas a possibilitar o desenvolvimento de programa educacional funcional, adequado às realidades circunstanciais (UNIVERSIDADE DO RECIFE, 1962b, p.18).

Esse curso ocorreu após convite da Universidade Rural de Pernambuco, com a participação de professores e alunos das últimas séries do Curso de Magistério de Economia Rural (UNIVERSIDADE DO RECIFE, 1962b). Organizado em quatro unidades curriculares – em que se percebe a presença de princípios defendidos e desenvolvidos por Paulo Freire em 1959, na obra *Educação e atualidade brasileira* – constava na discussão do programa, pontos como: sociedade em trânsito, sociedade fechada, consciência preponderantemente intransitiva (UNIVERSIDADE DO RECIFE, 1962b).

Ao mencionar a atividade do SEC, intitulada *A responsabilidade do estudante em face do atual momento brasileiro* no supracitado boletim, notou-se que, assim como a proposta do curso sobre Educação no Meio Rural, nessa atividade também constou entre seus alicerces programáticos o “processo de uma cultura em desalienação”. O que comprova o SEC como um ambiente propício para o refinamento dos ideais pedagógicos de Paulo Freire.

A defesa ao reitorado de João Alfredo também fazia parte da rotina do SEC, o que representava a defesa do próprio SEC. O processo de recondução do reitor à presidência do Conselho Universitário em 1962, por exemplo, foi noticiado em seu segundo boletim e justificado pelo SEC como um fato que

confirma o alto conceito em que é tido o professor João Alfredo nos meios universitários pernambucanos e brasileiros e vem ratificar a inteligente e progressista orientação que êle vem dando aos destinos da Universidade, através do esforço administrativo conscientemente dirigido para o desenvolvimento de nossa Universidade, voltada para a realidade nacional e regional, atenta aos reclamos e desafios que lhe são endereçados (UNIVERSIDADE DO RECIFE, 1962b, p. 27).

O SEC foi uma voz ativa do reitor João Alfredo. Além de reservar espaços para a sua fala oficial, anunciava suas viagens justificadas como de interesse da UR, propalava inaugurações de centros de estudos e pesquisas e articulações científicas com o aval do reitor João Alfredo. Não mitigou, porém, o potencial profissional, o compromisso com as problemáticas do país e as razões de existência dessa organização, ainda que demonstre, também, como tal fidelidade estava representada através deste instrumento impresso de difusão pedagógica.

A cultura política que predominava na UR não permitiu à instituição acolher o SEC, marginalizando-o simbolicamente. Essa marginalização pode ter sido fortalecida na medida em que foram desenvolvidas atividades pedagógicas que não compunham o repertório, a face fantasmagórica e a agenda da UR, não havendo uma identificação enquanto ação da universidade, mas como um serviço na universidade. O que não representou apenas o fato de não ter sido legitimado pelo Conselho Universitário, mas também por representar, entre os pares elitizantes da UR (e aos que interferiam na UR), uma certa ameaça (SANTOS *et al.*, 2021).

O SEC só tornou-se presente nos registros oficiais da UR com o golpe civil-militar de 1964, no momento em que compôs as atas da “Comissão Designativa”. Esse colegiado “ficou responsável por investigar denúncias e apurar as atividades supostamente classificadas como ‘subversivas’ envolvendo a UR” (SILVA JUNIOR, 2017, p.243). Das 24 reuniões desse colegiado, o SEC foi citado em quase sua totalidade.

De acordo com Santos (2010, p. 88), “esta comissão foi criada na reunião do Conselho Universitário, no dia 27 de abril de 1964”. No dia seguinte à sua criação, ocorreu, na reitoria da UR, a primeira reunião, composta pelos docentes Armínio Motta, Everaldo da Cunha Luna, Alberto Cavalcante Figueiredo, e assessorada pelo civil Nildo Carneiro Leão e pelo militar do Comando IV do Exército, major João Batista de Araújo. Essa composição foi mantida até a última reunião no dia 27 de maio, quando houve a entrega do relatório final ao reitor João Alfredo.

Ressalta-se que essa comissão, de caráter deliberativo, teve o poder de coletar e reunir materiais de setores julgados por esse colegiado como contrários ao “regime democrático instaurado”,

além de convocar servidores administrativos e docentes da UR a prestarem depoimentos não apenas na própria instituição, mas também em seus lares, como foi registrado em ata do dia 19 de maio, quando essa comissão foi à residência do Sr. José Laurênio de Mello. O depoimento de Paulo Freire foi registrado em ata do dia 16 de maio, e em separado à equipe do SEC. A convocação de Freire foi sugerida pelo major João Batista de Araújo. (SANTOS, 2010, p. 96)

Considerações para estudos futuros

Neste momento do centenário de Paulo Freire, nos propomos a oferecer ao público-leitor uma interpretação que permitisse revisar a gênese das bases teóricas de uma Pedagogia fundada no campo da existência humana, da (de)formação de uma cultura política que conduz o sujeito à condição de naturalização do processo de opressão.

Esse embrião teórico em consonância com a dinâmica política do país, pautado em uma “inexperiência democrática”, pode ser interpretado tanto em 1959, com sua tese de defesa de titulação, como a partir de 1964, com a interrupção severa das atividades do SEC e do reitorado da UR, já que, conforme afirmou a professora Maria Antonia Amazonas Mac Dowell (2012 *apud* SANTOS, 2021, p. 236), “por parte do governo militar, é fato sabido que João Alfredo foi cassado por causa do apoio que deu a Paulo Freire, e por nenhuma outra razão”. De fato, *Educação e atualidade brasileira* tornou-se um retrato crítico, reflexivo e entusiasmado de um país que ensaiou uma racionalidade desenvolvimentista, porém com a preservação da arqueologia colonial de exploração, de uma

sociedade “intransitiva”, da perpetuação da alocação do povo em condição de imersos à superfície dos espaços públicos de decisão.

O SEC poderia representar um novo imaginário na UR, mas talvez não necessariamente um imaginário moderno de universidade. Sua criação, por exemplo, não expressou alterações representativas nas estruturas internas de poder na instituição, na efetivação da democracia nas instâncias de decisão, não rompeu concretamente uma lógica de pensar e fazer políticos que fugissem dos domínios institucionais. O SEC foi uma exemplar e pulsante ferramenta para se discutir e viver a democracia fora da instituição, no universo instituinte.

Ao revisitar os seis boletins do SEC, foi possível perceber a presença e a profundidade de referências teóricas e de análise que arquitetaram a Pedagogia de Paulo Freire e que conquistaram robustez e fundamentos a cada novo exemplar, tais como os de Caio Prado Júnior, Guerreiro Ramos, Anísio Teixeira, Karl Jaspers, Zevedei Barbu, entre outros já citados com rigor e intensidade em sua obra em 1959. Suas atividades circularam na poeticidade entre o pensar e o fazer políticos e mantiveram-se fiéis a interpretações e atuações coerentes com as problemáticas de uma “atualidade brasileira”.

Portanto, mesmo que este estudo tenha como referência de análise os reflexos da constituição da Pedagogia freireana no campo institucional e sua capacidade de penetração nas estruturas de poder de uma universidade, cabe destacar que essa Pedagogia conquistou proeminência e solidez, sobretudo no campo da atuação instituinte, como podemos situar o SEC na UR, por exemplo. O “clima cultural” permaneceu na estrutura organizacional da UR. Já

o “novo clima cultural” na UR foi pensado, planejado e vivenciado simbolicamente dentro de um ideal modernizante particular e que se deparou com os limites do acolhimento institucional.

Referências

BENEVIDES, Maria Victoria. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Ângela de C. (org.). *O Brasil de JK*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: http://www.cedec.org.br/files_pdf/OgovernoKubitschek.pdf. Acesso em 13 abr. 2021.

BRASIL. Decreto n. 9.388, de 20 de junho de 1946. Cria a Universidade do Recife e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 jun. 1946a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1940-1949/decreto-lei-9388-20-junho-1946-417645-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 jun. 2021.

BRASIL. Decreto n. 21.904, de 08 de outubro de 1946. Aprova o Estatuto da Universidade do Recife. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 out. 1946b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-21904-8-outubro-1946-341888-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CANUTO, Vera. Projetos institucionais e conjuntura política. *Comunicações Pimes*, Recife, n. 31, 1987.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CORTEZ, Marcius. *O golpe na alma*. São Paulo: Pé-de-chinelo, 2008.

ENRIQUEZ, Eugène. *O Trabalho de Morte nas Instituições*. In: KAËS, Rene (org.) *A Instituição e as instituições: estudos psicanalíticos*. Tradução Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

ENRIQUEZ, Eugène. *A organização em análise*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FONSECA, Sérgio; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. Paulo Freire antes de “Pedagogia do Oprimido”, ou, de “Educação e atualidade brasileira” à “Educação como prática da liberdade”. *Cadernos CIMEAC*, Uberaba, v. 7. n. 2, p. 36-62, 2017. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/cimeac/article/view/2445>. Acesso em: 30 jun. 2021.

FREIRE, Paulo. *A propósito de uma administração*. Recife: Imprensa Universitária, 1961.

FREIRE, Paulo. *Educação e atualidade brasileira*. 1959. Tese (Concurso para a cadeira de História e Filosofia da Educação) – Escola de Belas Artes de Pernambuco, Recife, 1959.

Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: ABREU, Alzira Alves de. *O ISEB e o desenvolvimentismo*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>. Acesso em 13 abr. 2021.

KAËS, René (org.) *A Instituição e as instituições: estudos psicanalíticos*. Tradução Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

LEBRUN, J. P. *Clínica da instituição: o que a psicanálise contribui para a vida coletiva*. Tradução Sandra Chapadeiro. Porto Alegre: CMC Editora, 2009.

LIMA, João Alfredo G. da Costa. *Presença na Universidade*. Recife: Imprensa Universitária, 1964.

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. Juscelino Kubitschek: trajetórias. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29., 2017, Brasília. *Anais* [...]. Brasília: Associação Nacional de História, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502840154_ARQUIVO_ANPUH2017-JK_trajetorias_trabalho_completo.pdf. Acesso em: 14 abr. 2021.

OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela; PENIN, Sonia Terezinha de Souza. A educação na Constituinte de 46. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 46, p. 261-288, jan./dez. 1986. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33366/36104>. Acesso em: 8 jun. 2020.

PERRUCCI, Gadiel. Um projeto oligárquico-liberal de universidade (Notas para uma História da UFPE). *Caderno Estudos Sociais*, Recife, v. 2, n. 2, p. 505-520, jul./dez., 1986. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/view/1003/724>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes (org.); SILVA JUNIOR, Edelson de Albuquerque; SILVA, Natanael Luna; SILVA, Talita Maria Soares da. *Atas do Conselho, da Assembléia Universitária e da Comissão Designativa do reitorado de João Alfredo e vice-reitorado de Newton Maia da Universidade do Recife junho de 1959 a agosto e 1964*. Recife: Editora UFPE, 2010. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/30>. Acesso em: 30 jun. 2021.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes. *UFPE: Instituição, gestão, política e seus bastidores*. Recife: EDUFPE, 2012.

SANTOS, Evson Malaquias de Moraes; SILVA JUNIOR, Edelson de Albuquerque. Do anúncio à renúncia: os labirintos do poder no reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife /UR (1959-1964). In: SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Thiago Nunes (org.). *Pernambuco na mira do golpe, volume 1: educação, arte-cultura e religião*. Rio Grande do Sul: Editora Fi, 2021.

CALLICHIO, Vera; MOREIRA, Núbia; TEDESCHI, Harriete. Serviço Social da Indústria (SESI). *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil*, Rio de Janeiro, [210-?]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-social-da-industria-sesi>. Acesso em: 13 abr. 2021.

SILVA JÚNIOR, Edelson de Albuquerque. *O reitorado de João Alfredo na Universidade do Recife-UR (1959-1964): patrimonialismo populista e modernização*. Recife: Editora UFPE, 2017.

UNIVERSIDADE DO RECIFE. *Boletim n. 1 do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife*. Recife: Imprensa Universitária, mar./abr., 1962a.

UNIVERSIDADE DO RECIFE. *Boletim n. 2 do Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife*. Recife: Imprensa Universitária, maio/jun., 1962b.